

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA  
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS  
(COMPILADORES)

# **LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA**

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Proble-  
mas Latino-Americanos**

**Foz do Iguaçu**  
**Imago Mundi / PPG - IELA UNILA**  
**2015**

## **A preferência ideológica na formulação de políticas públicas**

Aline do Rocio Neves<sup>486</sup>,

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, [alinedorocioneves@gmail.com](mailto:alinedorocioneves@gmail.com)

Samira Kauchakje<sup>487</sup>,

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR,

Universidade Federal do Paraná - UFPR, [skauchakje@gmail.com](mailto:skauchakje@gmail.com)

Evelise Zampier da Silva<sup>488</sup>,

Universidade Federal do Paraná – UFPR, [zampierdasilva@gmail.com](mailto:zampierdasilva@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa sobre as Políticas de Transferência de Monetária (Conditional Cash Transfer- CCTs) implementadas na América Latina a partir dos anos 1990. As pesquisas realizadas apontam que 18 dos 20 países pesquisados (considerando a classificação da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina) possuem ou já possuíram, no período analisado, políticas do tipo CCT, apesar das diferenças culturais, econômicas e políticas observadas entre eles. Outra característica que se destaca é que os governos dos países alvo situam-se em diversas posições do espectro ideológico, razão pela qual busca-se verificar se esse posicionamento é decisivo na opção por CCTs como meio de alívio ou erradicação da pobreza. Entre os países pesquisados, optou-se, pelo critério geográfico, e a fim de selecionar uma amostra que represente diferentes contextos da região, pelos seguintes países: Brasil, México, Chile e Nicarágua. A pesquisa, ainda em curso, se desenvolve através de consultas a páginas oficiais dos governos e de organizações internacionais como Banco Mundial e Organização das Nações Unidas.

### **Introdução**

O presente trabalho<sup>489</sup> tem como objetivo analisar as Políticas de Transferência Monetária Condi-  
cionada (Condiciona Cash Transfer - CCTs) implementadas na América Latina a partir dos anos

---

<sup>486</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, bolsista do Programa de Iniciação à Docência e voluntária no Programa de Iniciação Científica em Ciência Política.

<sup>487</sup> Cientista Política, Professora.

<sup>488</sup> Doutoranda em Ciência Política.

<sup>489</sup> Parte da pesquisa matriz orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Samira Kauchakje.

1990, e identificar se o posicionamento político-ideológico do governante pode ser decisivo na opção por CCTs como meio de combate à pobreza. Pretende-se examinar se há ou não um padrão relacionado à posição dos governantes no espectro-ideológico na promoção das políticas do tipo CCT.

A pesquisa, ainda em curso, tem caráter documental, e ocorre através de consultas a páginas oficiais dos governos, aos programas governamentais e aos programas dos partidos políticos dos titulares do executivo nacional no período estudado. Busca-se compreender a capacidade do Estado em modelar CCTs em diversos períodos governamentais, a fim de assimilar a dinâmica decorrente das posições ideológico-partidárias dos governantes. Optou-se pelo critério geográfico, a fim de selecionar uma amostra que represente diferentes contextos da América Latina.

O presente artigo se desenvolve em seções, nas quais serão tratados os seguintes temas: a) do Welfare State às Políticas de Transferência Monetária b) as políticas de transferência monetária, ou CCTs – Conditional Cash Transfer; c) a formação de um consenso político; d) partidos e ideologias políticas como agentes da transferência e difusão de políticas do tipo CCT; e) resultados e análise; f) conclusão.

### ***Do Welfare State às Políticas de Transferência Monetária***

Em meados do século XX, diversos países desenvolvidos adotaram políticas que os enquadraram no modelo de *welfare state*. Dessa forma, tornaram-se pioneiros na adoção de Políticas de Transferência Monetária, ao lado da Dinamarca e de outros países europeus que já haviam adotado programas de garantia de renda mínima, especialmente no período pós-guerra (por exemplo, a “renda de subsistência” alemã, existe desde 1957). Do mesmo modo, a instituição de renda mínima garantida estava prevista na “Carta Social”, adotada em 1989 pelos países da União Europeia, embora a decisão por adotá-las seria de âmbito nacional (Lavinias, 1998:1)

Lavinias (1998) lembra que a ideia de transferências monetárias já fora formulada por pensadores liberais desde o século XVIII, com o propósito de criar uma rede de proteção social para as populações mais pobres.

Para Briggs (1969), o *welfare state* busca alterar as relações de força do mercado, em três possíveis direções: i) garantia de renda mínima aos indivíduos e famílias independentemente de trabalho ou propriedades; ii) criação de redes de segurança para indivíduos e famílias em situação de doença, velhice, desemprego; e iii) prestação, a todos os cidadãos, indistintamente, do mais alto nível de serviços públicos.

Pelo menos em tese, os programas de transferência monetária, entre os quais aquele que interessa ao presente estudo, os do tipo CCT – Conditional Cash Transfer (transferência condicionada de dinheiro<sup>490</sup>), estariam previstos na definição citada.

Numa perspectiva regional, após a crise econômica da década de 1980, muitos países em desenvolvimento passaram a realizar ajustes estruturais, frequentemente em decorrência de prescrições das instituições financeiras internacionais. Como consequência dessas políticas, que caracterizaram um período de governos neoliberais nos países da América Latina, observa-se uma acentuação do empobrecimento na região, resultado, inclusive, de medidas neoliberais que flexibilizaram as relações de trabalho, e como consequência, aumentaram o desemprego.

Paralelo a esse contexto, o combate à pobreza passa a ser a tônica dos debates internacionais, sediados em muitas oportunidades, em encontros multilaterais promovidos pelas organizações internacionais, como as Conferências das Nações Unidas que marcaram a década de 1990.

Nesses eventos e em documentos multilaterais elaborados à época, bem como em relatórios e análises oriundas das organizações internacionais, o papel das transferências monetárias passa a ser destacado. Surgem, a partir de 1995, em nível doméstico, iniciativas pontuais como em Campinas (SP) com o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar<sup>491</sup>, e em Brasília (DF), com o Bolsa Família local<sup>492</sup>.

Na América Latina, observa-se que a partir de 1990 “foram implementados diversos programas de transferência de renda, com o objetivo de combater a pobreza através da visão da ‘focalização’ das ações de política pública” (Mattei, 2010, p.7). Os programas de transferência monetária ou Conditional Cash Transfer podem ser definidos como:

Conditional cash transfers (CCTs) provide cash to participants upon their fulfillment of a set of conditions or co-responsibilities. Examples include programs that combine one or more conditions such as ensuring a minimum level of school attendance by children, undertaking regular visits to health facilities, or attending skills training programs; conditional cash transfers also include school stipend programs. (Gentilini; Honorati; Yemtsov, 2014: 7)

Ou seja, o objetivo central dos programas de transferência de renda é atacar os aspectos multidimensionais da pobreza, proporcionando meios para que os beneficiários alcancem padrões míni-

---

<sup>490</sup> Tradução livre das autoras.

<sup>491</sup> Ver Lei n.º 8.261 de 06/01/1995 e Decreto n.º 11.471/95 de 03/03/1995.

<sup>492</sup> Ver Decreto 19.391, de 3 de julho de 1998.

mos de subsistência e tenham acesso a serviços públicos. Para isso, estes programas oferecem transferências monetárias periódicas<sup>493</sup> às famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Porém, a elas são atribuídas “co-responsabilidades”, como obrigatoriedade de frequência dos filhos à escola, acompanhamento médico, vacinação, entre outros. O cumprimento das condicionalidades, ao mesmo tempo que garante o recebimento do benefício, colabora para o subsequente desenvolvimento dos grupos familiares.

### **A formação do consenso em torno dos CCTs**

A partir do século XXI revelou-se certa “fragilidade” por parte dos países pertencentes à América Latina em atingir as metas atribuídas pela Organização das Nações Unidas em setembro de 2000, através da “Declaração do Milênio”, isso é, reduzir a fome e a pobreza pela metade no período de 1990 a 2015 (Mattei, 2010, p.4). A maior dificuldade estaria relacionada, à realidade das famílias latino-americanas, pois parte significativa da população não teria acesso à alimentação adequada e nem teria renda familiar mensal capaz de suprir todas as suas necessidades básicas. Essa problemática era um empecilho ao alcance das “Metas do Milênio”, o que impulsionou os governos a mobilizarem-se em prol de recursos para atender à demanda alimentar e à carência de renda.

Discutir políticas de transferência monetária remete ao questionamento sobre “o papel que o Estado deve desempenhar na sociedade, e claro, considerar a dimensão do Estado na economia” (Soares, 2010:4).

Pesquisas de Gonett (2012) e Kauchakje e Silva (2014) demonstram que as Organizações Internacionais e as Instituições Financeiras Internacionais (OI's/IFI's) operaram como força política impulsionadora nas negociações, além de contribuir para construção de apoio doméstico em relação à adesão de políticas de transferência monetária. Isto é as Organizações Internacionais contribuíram para a formação de um consenso, em torno da urgência de medidas de enfrentamento da pobreza, o que pode ter orientado e estimulado os governos dos países da América Latina a adotar Políticas de Transferência Monetária, como mostram os dados sobre a “Implementation of the first United Nations Decade for the Eradication of Poverty (1997-2006) Report of the Secretary-General” (2007) da Organização das Nações Unidas (ONU):

In September 2000, at the United Nations Millennium Summit, world leaders decided to endorse the commitment made at the special session to halve extreme poverty by 2015 and

---

<sup>493</sup> A periodicidade depende de cada caso estudado.

included poverty eradication as one of the key objectives of the global development agenda (ONU, 2007: 3)

Ou seja, diversos países em desenvolvimento priorizaram a redução da pobreza, estipulando estratégias internas, e implementando políticas nacionais, que contribuíssem para o alcance das metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente. Segundo a Declaração do Milênio (2000):

Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente mais de 100 milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência. (ONU, 2000:6)

Foram desenvolvidas diversas estratégias para reduzir a pobreza, como as *Poverty Strategies Initiative*, lançadas em 1996 pelo PNUD<sup>494</sup> - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas; a Primeira Década das Nações Unidas para a Erradicação da Pobreza (1997-2006)<sup>495</sup> solicitando “à cooperação internacional para a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento” (ONU,1997); e, em 2007, a Segunda Década das Nações Unidas para a Erradicação da Pobreza (2008-2017)<sup>496</sup> cujo objetivo era continuar a unir esforços para diagnosticar e superar a pobreza extrema em todo mundo.

A atuação especializada das instituições financeiras internacionais também incentivou a adoção de CCTs, seja através de financiamento de programas, seja através de fornecimento de apoio técnico e consultivo para a estruturação desse tipo de política. O Banco Mundial, por exemplo, intensificou sua assistência aos países da América Latina, e desta forma, pode ter estimulado a promoção de políticas de enfrentamento da pobreza e, possivelmente, à adesão as CCTs.

## **Partidos e ideologias políticas como agentes da transferência e difusão de políticas do tipo CCT**

---

<sup>494</sup> The first such initiative, the Poverty Strategies Initiative, was launched by the United Nations Development Programme (UNDP) in 1996. The Initiative supported efforts in more than 100 countries to diagnose poverty and improve their capacity for policy analysis and implementation. Through such activities as qualitative poverty assessments, household surveys and poverty maps, analyses of social spending and aid flows to basic services, and the preparation of national human development reports, the Initiative played a role in advancing poverty awareness, stimulating national debate and mobilizing national actors behind common policy goals in poverty reduction strategies.

<sup>495</sup> Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/767/11/PDF/N9776711.pdf?OpenElement>> Acesso em 14/out/2014.

<sup>496</sup> Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/471/72/PDF/N1147172.pdf?OpenElement>> Acesso em 14/out/2014.

De acordo com Sáez e Freidenberg (2002) os partidos têm suma importância na vida política da América Latina. Há certa estabilidade na configuração dos sistemas entre os partidos existentes, e as competições entre eles, se tornam centrais na formação dos resultados eleitorais, pois a disputa “orienta os cidadãos e as elites no que se refere à compreensão da realidade política”, além de promover acordos através de políticas governamentais, e estabelecer ações que podem ser implementadas pelo legislativo.

De 1980 até os dias atuais houve um processo de democratização dos partidos políticos na América Latina e inúmeras mudanças foram realizadas nos textos constitucionais (leis partidárias, leis eleitorais). Todos os países latino-americanos fizeram modificações, com maior ou menor profundidade, durante esse período (Sáez, Freidenberg, 2002:143). Mas é importante considerar que existe uma polarização ideológica entre os partidos políticos latino-americanos, ou seja, uma fragmentação de posições dentro do espectro- ideológico.

Segundo Bobbio (2001) e Vovelle (1994), esquerda e direita são esferas políticas ideológicas que nasceram na França, no período de 1789-1799, porém, o que as difere é o agente social, que acumula, administra e distribui os recursos. Na esquerda é o Estado, e na direita é o mercado. Na esquerda o liberalismo, na direita o conservadorismo.

De acordo com Norberto Bobbio (2001) os governantes situados à direita do espectro-ideológico consideram a desigualdade como um dado de ordem social natural, e, portanto, a desigualdade é legitimada quando a responsabilidade pessoal do indivíduo é enfatizada na sociedade. Já a posição política à esquerda do espectro-ideológico é caracterizada pela ideia de que as desigualdades entre as pessoas são oriundas do meio social, e para superá-las utiliza-se a participação ativa do Estado. “A diferença pode ser resumida nessas duas máximas: governar o desenvolvimento, de um lado, mudar a sociedade, de outro”, ou seja, uma verdadeira “dicotomia” (Bobbio, 2001:21). A esquerda entenderia a pobreza como consequência de conjunturas externas ao indivíduo, daí a necessidade de intervenção do Estado. Por sua vez para a direita, a pobreza seria uma manifestação de incapacidade individual, a ser amenizada não por políticas estatais ou direitos sociais, mas por caridade e benevolência. Prossegue Bobbio (2001):

E depois, “esquerda” e “direita” não indicam somente ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. “Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, não só de ideias, mas também de interesses, e de avaliações [*valutazioni*] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade [...] (Bobbio, 2001:33)

Nesse sentido, quanto aos partidos com orientação à esquerda do espectro político-ideológico, podemos lembrar de Marx, ao falar da “repartição equitativa”. Para ele, as sociedades mais maduras agiriam sob a seguinte máxima: “de cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com sua necessidade”. Assim tenderia a ser o perfil dos governos à esquerda, voltado a políticas de caráter universal e redistributivo. Vê-se uma conexão com a lógica do *welfar estate* contida no conceito de Briggs (1969), antes citado, que prevê um realinhamento de forças dentro da economia de mercado.

Pode-se inferir que a criação de CCTs por governos à esquerda significaria, conforme ensina Reis (1988), a conexão entre a identidade e instrumentalidade. Os valores e crenças contidos na identidade social democrata estariam sendo instrumentalizados através da implementação de políticas de transferência monetária.

Mas, contra intuitivamente, a implementação de CCTs também representaria a instrumentalização do ideário de direita, devido à focalização (ao contrário da universalidade), diminuição dos gastos públicos em políticas sociais, e caráter residual.

A ideia síntese de Bobbio (2001), é que a distinção entre direita e esquerda decorre do que cada polo entende por igualdade. Ao entender que as carências do indivíduo decorrem de sua própria atitude em sociedade, aqueles situados à direita do espectro ideológico acabam por abraçar uma visão individualista, que afasta e desobriga o Estado de assumir responsabilidades amplas e efetivas para redução das desigualdades. Criticam o Estado do Bem-Estar por considerá-lo ineficiente em termos econômicos, defendendo a assistência ao invés do direito.

Especificamente no que se refere à interferência do posicionamento ideológico do governante em face da opção por políticas do tipo CCT, Sugiyama (2011) cita Mullins (1972) para quem a tomada de decisão a respeito da alocação de recursos pode atrelar-se a valores e crenças vinculados a compromissos ideológicos.

Essa afirmação, embora vaga, é corroborada pelos resultados obtidos pela pesquisa em curso, que serão a seguir apresentados.

## **Resultados e Análise**

O presente trabalho discute a relação entre preferências ideológico-partidária de governantes e a implementação de políticas de tipo CCT. Optou-se pela amostra de quatro países: Brasil, México, Chile e Nicarágua, que representam esses diversos contextos. Quanto ao recorte temporal, temos o período entre os anos 1990 e 2014. A tabela (tabela 1) disponibilizada abaixo contém o nome do

país e seu respectivo governante, período do governo, partido político do governante, posição-ideológica e o programa de transferência de renda implementado.

Tabela 1 - CCTs na América Latina e posicionamento ideológico dos governos adotantes.

PAÍS	GOVERNO	PERÍODO DO GOVERNO	PARTIDO	POSIÇÃO	CCT	PERÍODO DO PROGRAMA
BRASIL	Fernando Henrique Cardoso	1995-2003	Partido da Social Democracia Brasileira	CD	Bolsa Escola	2001-2004
	Luis Inácio Lula da Silva	2003-2011	Partido dos Trabalhadores	E	Bolsa Família	2003-atual
	Dilma Rousseff	2011-atual	Partido dos Trabalhadores	E	Bolsa Verde	2011-atual
CHILE	Ricardo Lagos	2000-2006	Partido Socialista	CE	Chile Solidário	2002-atual
	Sebastián Piñera	2010-2014	Coalizão Alianza por Chile	CD/D	Ingreso Ético Familiar	2012-atual
MÉXICO	Ernesto Zedillo	1994-2000	Partido Revolucionario Institucional	CD	Progres (hoje Oportunidades)	1997-atual
NICARÁGUA	Arnaldo Alemán Lacayo	1997-2002	Partido Liberal Constitucionalista - Alianza Liberal	D	Rede de Proteção Social	2000-2006

Legenda: (CD) centro-direita, (D) direita, (CE) centro-esquerda, (E) esquerda.

Elaborado pelas autoras.

A posição no espectro político-ideológico dos governos latino-americanos que adotaram CCTs varia, não permitindo que se afirme a existência de preponderância à esquerda ou à direita. Quanto aos países analisados nesse artigo, vê-se que 4 (quatro) programas foram criados em governos de direita ou centro-direita, e 3 (três) programas foram implementados em governos de esquerda ou centro-esquerda.

Dessa forma, o que se destaca é que o conteúdo dessa política atendeu aos interesses à direita e à esquerda. Para a direita, por oferecer uma política de combate à pobreza focalizada e com baixo custo aos cofres públicos. Para a esquerda, por ser uma alternativa para a redução das desigualdades e por gerar inclusão social.

A adoção de CCTs apresentou-se como uma alternativa viável, consubstanciada em uma política cujo conteúdo poderia se orientar pelo viés social democrata ou conservador. Dessa forma, serviu como mecanismo de legitimação dos governos adotantes, tanto na esfera doméstica – por oferecer uma resposta ao problema da pobreza, como no âmbito internacional – por atender às diretrizes e prescrições que vinham sendo propagadas no sentido da implementação de políticas de transferência monetária.

### **Conclusão**

O presente trabalho é um recorte da pesquisa matriz que analisa a adoção de CCTs na totalidade de países da América Latina e Caribe. A análise ocorre orientada pelas seguintes variáveis: i) conteúdo da política, ii) papel das organizações internacionais na difusão desse tipo de política, e iii) influência da posição do governante no espectro político-ideológico na adoção de CCTs.

Nesse trabalho a variável norteadora é ideologia política. A amostra selecionada - Brasil México, Chile e Nicarágua - embora pretenda desvendar o peso da preferência ideológica na promoção de políticas públicas, não esgota a importância epistemológica do vasto e multifacetado tema.

Percebe-se que os governantes latino-americanos promoveram Programas de Transferência Monetária de forma semelhante, isto é, independentemente da sua posição política-ideológica. Muito provavelmente de acordo com as suas ideologias-partidárias, seus valores individuais e econômicos. Do mesmo modo, as justificativas/interesses para aderir a essas políticas, possivelmente foram tomadas em âmbitos distintos, uma vez que, como citamos anteriormente, “esquerda” e “direita” são muito mais que ideologias, são valores e ideias que direcionam a sociedade (Bobbio, 2001).

Devemos considerar todos os fatores anteriormente citados, sobretudo o contexto em que os países desenvolvidos começaram a adotar políticas de transferência monetária, correlacionando-o com a realidade da América Latina, e a adoção de CCTs na região.

A pesquisa ainda em curso sinaliza que as variáveis analisadas não se excluem, mas se potencializam entre si. O conteúdo das CCTs pode ter facilitado seu espraiamento por atender interesses de governos à “esquerda” e à “direita”. As organizações internacionais possivelmente agiram como propagadores desse tipo de política ao utilizarem-na como boa prática no enfrentamento da pobre-

za. Por sua vez, a ideologia dos governantes dos países que adotaram CCTs relaciona-se ao conteúdo desse tipo de política. Para os governos a “direita” do espectro político-ideológico as características das CCTs como focalização e baixo custo aos cofres públicos estariam em consonância com a ideia de políticas sociais residuais. E os governos a “esquerda” optariam por CCTs dado o seu impacto na redução da pobreza e das desigualdades.

## **Referências**

BANCO MUNDIAL (2003), Brasil: Avaliação da Assistência do Banco Mundial ao País, Washington, Banco Mundial: Departamento de Avaliação e Operações.

BARR, Nicolas (2004). *The Economics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 4th edition.

BRIGGS, Asa (1961); "The Welfare State in Historical Perspective", em Peter Alcock e Martin Powell (coord.), *Welfare Theory and Development*, Sage Library of Health and Social Welfare Series, Universidade de Birmingham, Birmingham, pp. 9-39.

BITTAR, Mariana (1996). As estruturas de gastos das famílias beneficiadas pelo programa de garantia de renda familiar mínima da prefeitura municipal de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000296165>> acesso em: <13/out/2014>.

BOBBIO, Norberto (1992), *A Era dos Direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier.

BOBBIO, Norberto (2001), *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP.

GENTILINI, Ugo; HONORATI, Maddalena; YEMTSOV, Ruslan (2014), *The state of social safety nets 2014*. Washington, DC: World Bank Group. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2014/05/19487568/state-social-safety-nets-2014>> acesso em: <13/out/2014> .

GONNET, Cecilia Osorio (2012), *The role of international organizations in a policy diffusion process. Preliminary discussion about the Conditional Cash Transfers programs in Latin America*. X Chilean Congress of Political Science.

LAVINAS, Lena (1998), *Programas de Garantia de renda mínima: Perspectivas brasileiras*, IPEA: Texto para discussão nº 598, Rio de Janeiro, outubro.

MARX, Karl (2012), *Crítica ao programa de Gotha (1875)*. São Paulo: Boitempo, 144 p.

MATTEI, Lauro (2010), Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina. Texto para discussão n. 10. Instituto de Estudos Latino-Americanos. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>acesso em:<13/out/2014>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1997), First United Nations Decade for the Eradication of Poverty. New York: Organização das Nações Unidas.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2000) "Declaração do Milênio", Assembleia Geral, Nova Iorque. Disponível em;<[http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao\\_do\\_milenio.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf) >acesso em: <13/out/2014>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2007), United Nations Decade for the Eradication of Poverty (1997-2006) Report of the Secretary-General. New York: Organização das Nações Unidas.

REIS, Fábio W (1988), IDENTIDADE, POLÍTICA E A TEORIA DA ESCOLHA NACIONAL. São Paulo, Rev. bras. Ci. Soc. v.3 n.6.

SÁEZ, Manuel Alcántara; FREIDENBERG, Flavia (2002), Partidos Políticos na América Latina. Opinião Pública, Campinas, V. VIII, n. 2, pp. 137-157.

KAUCHAKJE, Samira; SILVA, Evelise Z. (2014), A ESQUERDA IMPORTA? PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA (CCTS) NA AMÉRICA LATINA. IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF.

SOARES, Luísa de A. S (2010), Transferências de renda: modalidades e finalidades. 2010. < Disponível em <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/luisaazevedoTransferenciasderendanoBrasil.pdf> > acesso em: <14/out/2014>.

SUGIYAMA, Natasha B (2011), "The diffusion of Conditional Cash Transfer programs in the Americas. Global Social Policy, Global Social Policy. 11(2-3) 250-278.

TORGAL, Luis R (1981), Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2v.

VOVELLE, Michel (1994), Breve História da Revolução Francesa. Presença.